

Reajuste a aposentados chega ao Senado. Pauta está trancada

Projeto que concede reajuste de 7,72% a aposentados que recebem mais de um salário mínimo era aguardado com expectativa por senadores de diferentes partidos, mas sua votação depende de acordo das lideranças



Waldemir Barreto

Aposentados ocuparam galerias do Senado à espera do envio, pela Câmara, da medida provisória que reajusta benefícios superiores a um salário mínimo e acaba com o fator previdenciário

O projeto que reajusta aposentadorias e acaba com o fator previdenciário foi recebido ontem à noite pelo Senado e imediatamente lido em Plenário. A proposta vai se somar a uma pauta que inclui duas medidas provisórias que abrem

crédito extraordinário em favor de diversos órgãos e entidades do Poder Executivo e quatro projetos de lei referentes à exploração de petróleo na camada do pré-sal. Essas matérias estão bloqueando a ordem do dia. Também ontem a Câmara concluiu a votação do cha-

mado projeto Ficha Limpa, que será enviado ao Senado. José Sarney pediu que os líderes do governo e da oposição encontrem uma saída para votar logo os projetos do pré-sal, o reajuste dos aposentados e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). **3**

Bolsa de estudo para dependente de empregado

Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos obriga empresas a fornecerem essas bolsas a dependentes de seus empregados. **8**

Segurança de alimento, energia, saúde e água

Especialistas convidados pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária apontaram razões para a instituição de uma política nacional de abastecimento. **5**

Polêmica sobre a política contra as drogas

O médico Ronaldo Laranjeira criticou a política contra drogas do governo federal, afirmando que "resulta em

desassistência e custa milhares de vítimas". Já Francisco Cordeiro defendeu as ações do Ministério da Saúde **6**



J. Freitas

Na Subcomissão de Promoção da Saúde, Francisco Cordeiro alerta para interiorização do consumo de crack

Apadrinhamento pode gerar dedução no IR

Proposta aprovada pela Comissão de Educação determina que doações feitas em favor da manutenção e da educação de crianças e jovens carentes que vivem em instituições sociais poderão

ser deduzidas na declaração do Imposto de Renda. Autor do projeto, Jefferson Praia defende benefício às pessoas que têm sensibilidade social e recursos para oferecer apoio regular. **7**

Seminário debate cultura e jornalismo na internet

Artistas e especialistas em direito autoral discutiram formas de divulgar a cultura brasileira, sem deixar de protegê-la da pirataria. **2**

Na discussão da Lei Pelé, a convocação para a Copa

Alvaro Dias anuncia parecer em reunião conjunta de três comissões. Tema suscita comentários de senadores sobre a convocação da seleção brasileira de futebol. **4**

Evento Cultura Sustentável reúne especialistas em direito autoral e discute formas de proteger o trabalho de artistas nacionais da pirataria sem limitar sua divulgação



Para o presidente do Senado, sociedade deve cobrar políticas públicas que permitam contato entre artistas e cidadãos

Seminário debate como proteger cultura na internet

A INTERNET É uma ferramenta de informação fabulosa, mas o livre acesso à informação que a rede permite não pode redundar na subtração de direitos de terceiros, disse o membro do Conselho Estadual de Defesa da Propriedade Intelectual (Codepin), Sydney Sanches. O direito autoral, porém, não pode ser visto como um inibidor de acesso às obras, defendeu.

A afirmação foi feita durante o Seminário Cultura Sustentável, promovido pelo Senado com apoio da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e da Associação Nacional dos Jornais (ANJ). Em debate, a proteção dos direitos autorais e do conteúdo nacional em um ambiente de convergência digital e a divulgação de conteúdo jornalístico por empresas estrangeiras na internet.

O consultor jurídico da Associação Brasileira dos Produtores de Discos João Carlos Muller Chaves defendeu os direitos autorais. O advogado destacou que a única proteção que os autores têm é a jurídica, e que todas as leis que se que se aplicam à imprensa e à radiodifusão também servem para a internet.

– Há interesses gigantescos contra os direitos autorais. Quanto mais as empresas de internet oferecerem conteúdo grátis, maior tráfego atraem, e assim ganham mais dinheiro em publicidade – afirmou.

Grande Colar da Ordem do Mérito Judiciário

Em cerimônia realizada ontem, na sala de audiências da Presidência do Senado, José Sarney recebeu o Grande Colar da Ordem do Mérito Judiciário, concedido pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Campinas (15ª Região).

A condecoração – feita pelo presidente do órgão, desembargador Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva – é uma homenagem dos magistrados e servidores do tribunal em razão de Sarney ter assinado, quando presidente da República, o ato de criação daquele TRT, em 1986.

O compositor Fernando Brant disse que o que é legítimo ou não no mundo real é também no virtual. “Entrar na conta de alguém no banco é crime, seja com um revólver ou no computador.” Para Brant, garantir acesso amplo e irrestrito à cultura é dever do Estado. Os autores fazem seu trabalho e devem ser remunerados, defendeu.

Da plateia, a escritora Alessandra Roscoe disse que vê a legislação dos direitos autorais como um obstáculo à divulgação de livros digitais. O ex-ministro do STJ Carlos Fernando Mathias respondeu que compreende que os autores querem ser lidos, mas destacou que nenhum escritor quer ver só outras pessoas ganharem dinheiro com sua obra, “como ocorre na internet”.

Jornalismo

Quanto à divulgação de conteúdo jornalístico na internet por empresas estrangeiras, os juristas Alexandre Kruehl Jobim e Luís Roberto Barroso – consultores da Abert e da ANJ – afirmaram que, pela Constituição, 70% do controle das empresas jornalísticas deve ser obrigatoriamente de brasileiros natos, e que essa regra vale para a internet.

Também participaram do evento – encerrado com show de Leo Jaime – o senador Marco Maciel (DEM-PE), o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), e o escritor Domicílio Proença Filho.

Parlamentares da Coreia do Sul visitam Senado

O presidente da Assembleia Nacional da Coreia do Sul, Hyong O Kim, acompanhado de quatro parlamentares, foi recebido por José Sarney, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Serys Silhessarenko (PT-MT), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Almeida Lima (PMDB-SE) e Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

Hyong anunciou o interesse na venda ao Brasil do trem de alta velocidade (trem-bala) fabricado em seu país e disse esperar uma “participação relevante” do Brasil na próxima reunião de cúpula do G-20, em Seul. Já o presidente do Senado

Sarney defende universalização do acesso à rede

Para garantir a proteção da cultura brasileira, o Estado deve não só legislar, mas também assegurar a universalização do acesso à internet, defendeu o presidente do Senado, José Sarney, na abertura do seminário Cultura Sustentável.

– A sociedade deve buscar no Estado meios para proteger os artistas, por intermédio de políticas públicas que permitam o contato entre o artista e o cidadão.

Sarney disse que o aumento do acesso à banda larga e a oferta de espaços gratuitos de acesso permitirá a difusão da cultura local na rede. O presidente do Senado afirmou que empresas e artistas terão que se adaptar aos novos meios de difusão cultural. Feito isso, afirmou, será preciso “transformar essas considerações em direito e esse direito em prática. Mas, certamente, passará algum tempo antes de surgir uma prática de direito autoral no ambiente digital que possa equilibrar as relações entre criador e consumidor como tivemos no século 20”.



Kim Hyong anuncia interesse na venda de trem-bala coreano ao Brasil

brasileiro destacou que a Coreia do Sul é o terceiro parceiro comercial do Brasil.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Homenagem a Joaquim Nabuco

14h A hora do expediente é destinada a homenagear o escritor e abolicionista Joaquim Nabuco. A pauta da sessão deliberativa continua trancada por duas medidas provisórias que destinam recursos a ministérios e empresas estatais. Além das MPs, outros quatro projetos têm prioridade de votação.

Presidência Posse de ministro do STJ

14h O senador José Sarney preside, às 14h, sessão em memória do escritor Joaquim Nabuco. Às 16h, dirige a ordem do dia e, às 17h, participa da posse do desembargador Raul Araújo Filho para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

CCT Canal da Cidadania e Fundo Social

8h30 Audiência pública na comissão debate o tema “As diretrizes para operacionalização do Canal da Cidadania”, destinado à transmissão de programações das comunidades locais e dos eventos dos governos federal, estaduais e municipais. Foram convidados o ministro das Comunicações, José Artur Filardi; o superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel, Ara Apkar Minassian; o diretor da TV USP, Pedro Ortiz; e a professora de Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo Círcia Maria Krohling Peruzzo. Às 14h, a CCT realiza audiência conjunta com cinco comissões (CCJ, CAS, CE, CMA e CAE) sobre o Fundo Social. Foram convidados o presidente do Ipea, Marcio Pochmann; o secretário de Macroavaliação Governamental do TCU, Maurício de Albuquerque; o consultor legislativo do Senado Paulo Springer de Freitas; e o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

CE Nível superior para professores

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte discute projeto que modifica a LDB para exigir a formação superior de docentes da educação básica. Estão convidados o secretário de Educação da Paraíba, Francisco de Sales Gaudêncio; a consultora da Secretaria de Educação Básica Maria Machado Campos; e o representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Heleno Araújo Filho, entre outros.

CCJ Férias coletivas de magistrados

10h Na primeira parte, a Comissão de Constituição e Justiça ouve o presidente do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso, sobre proposta que disciplina o direito a férias coletivas dos magistrados. Logo após, examina o novo Regimento Interno do Senado. A CCJ analisa ainda projeto que prevê auxílio e bolsa especial a dependentes de militares falecidos em razão do terremoto no Haiti.

CDH Administrações da Funai

10h Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa vai discutir decreto que extinguiu as administrações regionais da Funai. Participam o presidente da Fundação Nacional do Índio, Márcio Meira; a subprocuradora-geral da República, Raquel Elias Dodge; e o líder indigenista Carlos Pankararu, entre outros.

CAS Liberação do FGTS

10h A Comissão de Assuntos Sociais examina proposta de texto alternativo a projeto de lei que disciplina a liberação do FGTS a aposentados que voltarem a trabalhar.

CDR Infraestrutura em área de risco

11h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo analisa projeto que impede a implantação de infraestrutura básica e a regularização fundiária de assentamentos em áreas de risco.

CCJ, CAE, CAS e CE Regras para esporte

11h30 As comissões de Constituição e Justiça, de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais e de Educação realizam audiência conjunta sobre projeto que estabelece novas normas para o esporte (Lei Pelé).

CPI do MST Visão dos ministérios

14h A Comissão Parlamentar de Inquérito do MST ouve representantes dos ministérios da Cultura, Lúcia Helena Fernandes e Ana Paula Dourado Santana; do Meio Ambiente, João de Deus Medeiros; e do Desenvolvimento Social, Crispim Moreira.

Documentário O abolicionista

20h30 O documentário *Joaquim Nabuco – o vencido da grande causa* será apresentado hoje no Auditório Petrônio Portela. O evento faz parte das homenagens ao centenário da morte do escritor.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Senadores aprovam indicações para cinco embaixadas

Os nomes de cinco novos embaixadores indicados pelo presidente da República foram aprovados ontem pelo Plenário: de Ana Lucy Gentil Cabral Petersen para Angola; de Fernando Simas Magalhães para o Equador; de Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos para o Reino Unido; de Paulo Cesar Meira de Vasconcellos para a Tailândia (cumulativamente com Camboja e Laos); e de João Carlos de Souza-Gomes para o Uruguai.

Jaguaribe, que obteve no Plenário 42 votos favoráveis, 4 contrários e 2 abstenções, disse

à Comissão de Relações Exteriores (CRE), em 29 de abril, que o governo brasileiro poderá ter no Reino Unido um aliado na busca por um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia.

Lucy Gentil, que recebeu 39 votos favoráveis, 2 contrários e 1 abstenção, disse na CRE que Angola tem uma "relação privilegiada com o Brasil", país com o qual mantém ligações há séculos e que foi o primeiro a reconhecer a sua independência de Portugal, em 1975. Eduardo Suplicy registrou que a diplomata participa do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, no Palácio do Itamaraty, de 10 a 13 de maio.

Fernando Simas Magalhães foi aprovado para o cargo de embaixador no Equador por 39 votos favoráveis e 4 contrários. Já o nome de João Carlos de Souza-Gomes recebeu 43 votos favoráveis e 5 contrários à sua indicação para a embaixada no Uruguai, enquanto Paulo Cesar Meira de Vasconcellos recebeu 39 votos favoráveis, 4 contrários e 1 abstenção.



Eduardo Suplicy (ao microfone) depõe em favor da diplomata que representará o Brasil em Angola

Sarney quer votar logo reajuste, pré-sal e LDO

O presidente do Senado, José Sarney, pediu que os líderes e a oposição encontrem uma saída para votar logo os projetos do pré-sal, o reajuste dos aposentados e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), ainda que se retire o pedido de urgência para os quatro projetos do novo marco regulatório do petróleo.

– O tempo é curto e já foi consumido o bastante – disse.

Os líderes da oposição anunciaram que vão obstruir as votações até que o governo retire a urgência aos projetos.

Mário Couto: aumento não é favor, mas direito

Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que os parlamentares favoráveis ao reajuste dos benefícios não estão pedindo favor para os aposentados, que têm esse direito consagrado na Constituição.

– Nunca antes na história desse país, os aposentados perderam tanto como no governo Lula. O presidente concorda em dar 7%, mas não concorda em dar 7,72%. O comentário é que vai vetar. Será uma demonstração que o Lula tem raiva dos aposentados – lamentou.

Duas medidas provisórias, relacionadas a abertura de créditos extraordinários, e quatro projetos que tramitam em regime de urgência constitucional trancam votações



Ordem do dia do Plenário está constituída por 85 matérias, entre as quais propostas de emendas constitucionais

Reajuste de aposentadorias encontra a pauta bloqueada

FOI LIDO ONTEM pela Mesa do Senado o PLV 2/10, resultante da Medida Provisória (MP) 475/09, que reajusta aposentadorias e acaba com o fator previdenciário. A proposta vai se somar a mais duas MPs e quatro projetos de lei que tramitam em regime de urgência constitucional e bloqueiam a ordem do dia.

Como são de grande relevância e mexem com interesses contraditórios, as matérias representam uma complexa equação a ser resolvida pelos líderes partidários. O que votar em primeiro lugar e em que condições a pauta pode ser desbloqueada são os nós a serem desatados nos próximos dias.

Um reajuste de 6,14% para os benefícios da Previdência Social

foi concedido a partir de 1º de janeiro pela MP 475.

A Câmara elevou a 7,72% o reajuste para aposentadorias superiores a um salário mínimo e extinguiu o fator previdenciário a partir de 2011. Essa mudança gerou o PLV 2/10.

O primeiro item da pauta é a MP 477/09, que abre crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 18,1 bilhões. O segundo é a MP 480/10, que também abre crédito extraordinário, no valor de R\$ 5,7 bilhões.

Paulo Paim (PT-RS) e Alvaro Dias (PSDB-PR) manifestaram ontem o entendimento de que o reajuste das aposentadorias tem preferência sobre essas duas MPs e sobre os

quatro projetos que criam o marco regulatório do pré-sal.

O pedido de urgência sobre esses projetos, por sinal, é um dos principais impasses a serem solucionados, já que sua retirada é a condição exigida pelo DEM e pelo PSDB, Arthur Virgílio (AM), para suspender a obstrução às votações. Outro ponto de pressão é o projeto Ficha Limpa, que impede a candidatura de condenados em segunda instância, aprovado ontem na Câmara.

Integram a ordem do dia 85 matérias, entre elas mudanças constitucionais importantes, como a que simplifica a concessão do divórcio (PEC 28/09) e a que prevê a exoneração de magistrado envolvido em infrações (PEC 89/03).

DEM exigirá prioridade na votação, diz Efraim

“Ou se prioriza a tramitação e se dá urgência à votação da medida provisória que trata do reajuste dos aposentados e do projeto que impede a candidatura dos fichas sujas, ou não votamos pré-sal, pré-açúcar ou qualquer outra coisa”. O alerta foi feito ontem pelo senador Efraim Morais (DEM-PB).

Segundo Efraim, os senadores do DEM votaram, por unanimidade, pela obstrução dos quatro projetos do pré-sal e das duas medidas provisórias que estão trancando a pauta da Casa.

Paim: argumento do governo não tem consistência

Paulo Paim (PT-RS) considerou não haver consistência no argumento do governo de que um reajuste aos aposentados de 7,72% poderia levar à insolvência da Previdência Social. Ele afirmou que têm havido sucessivas renúncias previdenciárias no Orçamento, às quais se contrapôs.

A renúncia em 2010 atingiu, informou Paim, R\$ 18,9 bilhões. As previsões para 2011 são de R\$ 18,6 bilhões; para 2012, R\$ 20,3 bilhões; e para 2013, R\$ 22,4 bilhões.

Mão Santa: “nossos velhinhos foram enganados”

Mão Santa (PSC-PI) assinalou que o aposentado não vive apenas para si e cumpre um papel importante na estrutura familiar, pois reparte o seu dinheiro com os filhos e netos. O senador afirmou que o aposentado “é uma força financeira”.

– Os nossos velhinhos foram enganados. Eles trabalharam, lutaram, sonharam e construíram uma aposentadoria com dignidade e, de repente, o seu trabalho, o seu salário e o seu sonho foram capados – lamentou.

Simon pede análise do projeto Ficha Limpa nesta semana

Pedro Simon (PMDB-RS) propôs aos senadores que aprovem ainda nesta semana o projeto Ficha Limpa, que impede a candidatura de pessoas condenadas em segunda instância. Com isso, o presidente Lula poderia sancioná-lo na próxima semana.

Simon elogiou o presidente da Câmara, deputado Michel Temer, por ter cumprido sua promessa de colocar o projeto em votação.

– O projeto não é o ideal, mas pode colocar um fim na era em que os pilantras, para fugir da

Justiça, procuram o refúgio do mandato parlamentar. A impunidade é a maior chaga da vida brasileira – afirmou.

Simon aplaudiu os presidentes do PSDB e do PT, senador Sérgio Guerra (PE) e ex-senador José Eduardo Dutra (SE), por terem decidido que seus partidos não aceitarão registro de candidatos condenados pela Justiça. Disse que o PV e o DEM anunciaram que pretendem fazer o mesmo e recomendou ao seu partido, o PMDB, que adote idêntica postura.

A Câmara encerrou ontem a votação do projeto Ficha Limpa, de iniciativa popular. A matéria (projetos de Lei Complementar 168/93, 518/09 e outros) segue agora para o Senado.

Após a rejeição do último destaque apresentado, permaneceu o texto do relator, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), que prevê a cassação do diploma quando o julgamento final do recurso acontecer depois da diplomação do candidato eleito.

Com informações da Agência Câmara.

Virgílio cobra envio ao Senado de proposta de iniciativa popular

“Que venha para cá essa matéria, sem mais delongas”, disse ontem o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao cobrar o envio do projeto Ficha Limpa. Ele destacou que se a proposta foi aprovada pela Câmara, tem que ser enviada para o Senado, como a legislação determina.

– Que se cumpra o ritual com limpeza. Matéria aprovada na Câmara, vem para cá. Matéria, quando de iniciativa do Senado, aprovada, vai para lá. Não tem que se perder pelo caminho, até porque não há grande distância

entre uma Casa e outra.

Segundo Virgílio, os senadores têm a obrigação de deliberar sobre uma proposta de iniciativa popular que visa melhorar os costumes políticos e extirpar da vida pública aqueles que não estiverem em capacidade de explicar suas próprias vidas.

– Como é que podemos ignorar uma reivindicação que vem de 1,7 milhão de brasileiros? – perguntou o senador, que também havia pedido o envio ao Senado do PLV 2/10, sobre o reajuste aos aposentados.

Alvaro Dias, relator da proposta, anuncia apresentação de parecer em reunião conjunta de três comissões. Mudanças vão ajudar times que investem na formação de atletas

Projeto que muda Lei Pelé pode ser examinado hoje

RELATOR DO PROJETO que altera a chamada Lei Pelé (Lei 9.615/98), o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou que apresentará hoje seu parecer em uma reunião conjunta de três comissões que estão examinando a proposta – Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Assuntos Sociais (CAS) e Educação (CE).

O senador espera que o projeto (PLC 9/10) seja votado hoje de forma terminativa. Assim, as partes da proposta que não sofreram modificação no Senado poderão ser enviadas diretamente à sanção do presidente da República, sem passar pelo Plenário. Ele disse que vem negociando com a liderança do governo para que algumas alterações, que não haviam sido votadas pelos deputados, sejam incluídas em uma medida provisória do presidente da República.

Alvaro Dias explicou que o projeto tem como objetivo ajudar os times que investem na formação de jovens atletas e impõe limites à atuação de empresários, que às vezes levam



Alvaro Dias: partes do projeto sem modificação poderão ser sancionadas

as famílias dos jovens a assinar contratos que nem sempre são do interesse dos novos jogadores.

O senador disse que, pela proposta, o clube formador poderá reivindicar indenização de até 200 vezes o valor gasto na formação do novo atleta, desde que comprove suas des-

pesas quando o atleta optar por outro clube na sua primeira contratação profissional.

Alvaro Dias lembrou que a Lei Pelé tem 12 anos, assinalando que já foi possível verificar seus principais benefícios e equívocos para as devidas alterações.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) observou que, antes da Lei Pelé, os atletas “eram explorados” pelos clubes. Depois da lei, eles caíram “nas mãos dos empresários” e, agora, o Congresso passa a dar maior peso aos clubes formadores de atletas. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) lembrou que o Atlético Mineiro, que também se dedica à formação de jovens atletas, foi muito prejudicado com a Lei Pelé e disse que a mudança irá corrigir essa situação.

Alvaro Dias informou ainda que, conforme o projeto, não haverá mais um único código desportivo para regular todas as modalidades coletivas e individuais. Assim, a proposta cita as entidades e os segmentos que deverão ser representados no Conselho Nacional do Esporte.

Senadores esperavam seleção com Neymar e Ganso

Senadores que debateram com Alvaro Dias as mudanças na Lei Pelé lamentaram ontem que o técnico Dunga não tenha convocado os jogadores Neymar e Ganso, do Santos, para a Copa do Mundo na África do Sul. Também houve reclamação pela ausência de Adriano, do Flamengo, e de Ronaldinho Gaúcho, que hoje joga no Milan, da Itália.

– Não torço para o Santos, mas eu e milhões de brasileiros achamos que faltaram na seleção de Dunga o Neymar e o Ganso – afirmou Tasso Jereissati (PSDB-CE), primeiro a se manifestar. Para ele, os dois jogadores do Santos “fizeram renascer a alegria legítima do futebol brasileiro, que o fez diferente do futebol do resto do mundo”. Jereissati foi apoiado

por Romeu Tuma (PTB-SP).

Aloizio Mercadante (PT-SP), que se declarou santista e informou que seu avô jogou naquele clube e depois foi seu diretor, também protestou.

– Pena que o povo não vote. É um clamor nacional a ausência dos dois santistas, mas acho que a lista poderá ser corrigida.

Eduardo Suplicy (PT-SP), depois de apresentar o seu protesto, manifestou a sua esperança.

– Acho que o Dunga ainda vai convocá-los para a lista de espera [que ainda não tinha sido divulgada].

Arthur Virgílio (PSDB-AM) citou ainda os nomes de Ronaldinho Gaúcho e de Adriano, mas ressaltou que admira o trabalho “do comandante Dunga”.

Alvaro Dias disse que Dunga “tem enorme personalidade” e assume “os riscos da sua convocação”. Registrou ainda que a seleção de Dunga é uma seleção de “estrangeiros”, pois a maioria joga em outros países.



Tasso Jereissati foi o primeiro a cobrar presença dos dois santistas



Aloizio Mercadante desejou que a convocação pudesse ser votada

CCJ deve votar hoje pregão eletrônico obrigatório

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar hoje projeto da CPI dos Bingos que torna obrigatório o pregão eletrônico para a aquisição de quaisquer bens. Atualmente, o pregão eletrônico só é obrigatório nas licitações de bens de uso comum, que são “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

Segundo Demostenes Torres (DEM-GO), o pregão eletrônico apresenta vantagens em relação às outras modalidades, em termos de economia de recursos públicos. “O processo de aquisição de bens e serviços ganha em transparência, isonomia entre os potenciais licitantes e economia de recursos públicos”, diz ele em seu parecer.

Pela proposta, nas licitações em que for necessária uma análise detida de aspectos técnicos do

bem ou serviço, poderá ser feita licitação nas modalidades concorrência ou tomada de preços. Nas hipóteses em que, por razões técnicas, for inviável o uso do pregão eletrônico e, se o seu adiamento representar ônus para a administração, poderá ser realizada licitação em outras modalidades, como o convite. Para os casos de comprovada urgência, o projeto institui o pregão eletrônico de emergência, que terá de ser concluído em até 48 horas.

Cavalcanti festeja alta na produção automobilística

O crescimento da produção automobilística nacional foi comemorado por Roberto Cavalcanti (PRB-PB). Segundo o senador, o setor foi estimulado pelas medidas governamentais como redução da alíquota de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e as facilidades de financiamento, adotadas durante a crise econômica mundial que se agravou em setembro de 2008.

Cavalcanti avalia que, mesmo com a atual crise em alguns países da Europa, o Brasil está consolidando sua indústria automobilística, com a instalação de novas fábricas, a ampliação de parques de montadoras já existentes e a instalação de novas montadoras de diversas origens. O senador citou a reativação da fábrica da Mercedes em Juiz de Fora (MG), o investimento de R\$ 2 bilhões da General Motors na sua unidade de Gravataí (RS) e o anúncio de investimentos de R\$ 6,2 bilhões da Volkswagen – “o maior desde o início da década”.

– Há uma forte tendência de o mercado brasileiro absorver mais veículos – observou.

A produção brasileira em 2009 chegou a 3,1 milhões de automóveis e superou em 500 mil unidades a de 2008, conforme dados da Associação Brasileira de Veículos Automotores (Anfavea).



Cavalcanti destaca que medidas contra crise estimularam o mercado

ACM Júnior rejeita proposta de capitalizar Petrobras

Relator do projeto de lei da Câmara (PLC 8/10) que trata da capitalização da Petrobras, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) disse ontem que a proposta é inconstitucional. O projeto é um dos quatro que compõem o chamado marco regulatório para a exploração do petróleo no pré-sal.

A Constituição determina que a pesquisa e a lavra de recursos minerais só poderão ser realizadas “mediante autorização ou concessão da União”. O projeto institui a figura jurídica da cessão, que “não se identifica com os institutos da autorização e da concessão”, argumentou.

Outro problema identificado pelo senador é a falta de licitação, favorecendo a Petrobras, o que também é inconstitucional, por “evidente desrespeito aos princípios constitucionais da concorrência e da livre iniciativa”.

Antonio Carlos Júnior anotou que o projeto não especifica limite mínimo ou regra sobre como será definido o preço do direito de exploração de óleo a ser pago pela Petrobras. Eventual sub-precificação de US\$ 1 por barril representará uma perda para a União de US\$ 5 bilhões, que serão carreados para os cofres da Petrobras, advertiu. Como a empresa tem 70% de acionistas privados, cerca de US\$ 3,5 bilhões, neste exemplo, seriam transferidos ao setor privado.



Senador avalia que projeto do governo é inconstitucional

Crivella parabeniza Itaperuna pelos 121 anos de emancipação

Marcelo Crivella (PRB-RJ) relatou sua participação na solenidade em comemoração aos 121 anos de emancipação política do município de Itaperuna, no Rio de Janeiro.

O senador destacou que a cidade foi a primeira do país a instalar uma câmara municipal de maioria republicana no período imperial.

– A República no Brasil se instala, todos sabem, em 15 de novembro de 1889, mas a Câmara Municipal de Itaperuna, no noroeste fluminense, com maioria republicana, um fato histórico extraordinário, se instala em maio de 1889 – destacou.

Crivella também defendeu projeto de lei de sua autoria

que autoriza a transformação de dívidas de universidades não lucrativas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e com a Receita Federal em bolsas de estudo.



Crivella: cidade foi primeira a ter câmara de maioria republicana

Representantes do governo aliam acesso da população a alimentos, energia, medicamentos e água potável à instituição de uma estratégia nacional

Especialistas defendem Política de Abastecimento

A INSTITUIÇÃO DA Política Nacional de Abastecimento (PNA), focada em garantir segurança alimentar à população, bem como acesso a energia, medicamentos e água potável, é fundamental para o país, segundo especialistas que participaram do debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) sobre a proposta (PLS 51/08) que institui a PNA.

O diretor de Operações e Abastecimento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Rogério Colombini, considera que a PNA é importante para as agriculturas familiar e empresarial, para que o alimento chegue aos supermercados com segurança e preço bom.

Na opinião da coordenadora-geral da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, do Ministério da Saúde, Ana Bea-

triz Vasconcellos, a PNA deve promover a necessária relação entre alimentação, nutrição e saúde.

– A alimentação e a nutrição são consideradas determinantes fundamentais nas condições de saúde da população – disse, ressaltando três desafios de transição: a transição demográfica, causada pelo crescimento acelerado da população, que modifica a forma de consumo das pessoas; a transição epidemiológica, com o aumento de mortes devidas a doenças crônicas causadas por alimentação inadequada; e a transição nutricional, que é a mudança do perfil alimentar e nutricional da população.

Água

A segurança hídrica que o país necessita para assegurar a



Antônio Félix Domingues, Ana Beatriz Vasconcellos, senador Valter Pereira, presidente da CRA, e Rogério Colombini

toda a população água de boa qualidade foi destacada pelo coordenador de Articulação e Comunicação da Agência Nacional de Águas (ANA), Antônio Félix Domingues. Ele lembrou

que o Brasil não tem problema com oferta de água para uso da população e para agricultura irrigada, mas tem com o esgoto, jogado sem tratamento nos mananciais.

– Estamos com uma verdadeira bomba de efeito retardado, devido ao esgoto que é despejado nos mananciais que abastecem nossas metrópoles – alertou.

Senadores querem assegurar qualidade

Disponer de água e alimentos em grande quantidade, como é o caso do Brasil, não é garantia de qualidade, disse Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), em debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) sobre projeto que institui a Política Nacional de Abastecimento (PNA).

– O projeto [PLS 51/08] é bom, mas o Brasil só vai alcançar alto índice de desenvolvimento na medida em que se preocupar não só com a saúde da população, mas também com alimen-

tos e água de boa qualidade – afirmou o senador.

Para Jorge Yanai (DEM-MT), o governo tem sido relapso em questões relativas à saúde.

Jayme Campos (DEM-MT) lembrou que a União deveria aplicar na região Centro-Oeste 20% de todos os recursos destinados à irrigação no país. “É constitucional. Mas, hoje, se paga para plantar”, afirmou.

O presidente da CRA, Valter Pereira (PMDB-MS), explicou que o Tribunal de Contas da União (TCU) expediu um acór-

dão onde demonstrou que a União não tem atendido esse percentual mínimo, prejudicando o Centro-Oeste. Ele informou ainda que os membros da comissão criaram recentemente uma subcomissão temporária para avaliar, em 90 dias, as razões para o não cumprimento dessa exigência constitucional.

– Falta, acima de tudo, uma política de integração entre as diversas esferas do poder, começando pela União, passando pelos estados e chegando até os municípios – assegurou.

Controle de preços dos bens essenciais à vida

O projeto que institui a Política Nacional de Abastecimento (PNA) prevê o atendimento das necessidades de segurança alimentar da população e a garantia de acesso a energia, medicamentos e água potável, além de reduzir o risco de colapso no fornecimento de combustíveis e energia. A proposta (PLS 51/08), de Marcelo Crivella

(PRB-RJ), está sendo relatada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) por Gilberto Goellner (DEM-MT). Segundo ele, o projeto inova a legislação vigente quando prevê mecanismos de controle de preços dos bens essenciais à vida por meio da valorização do associativismo, da agricultura familiar e da integração dos agentes locais.

Mercosul poderá ter selo para produtos orgânicos

Entre as questões apreciadas durante a 23ª Sessão do Parlamento do Mercosul, realizada nessa segunda-feira em Montevideu, Uruguai, foi aprovada uma proposta do parlamentar brasileiro José Paulo Tóffano (PV-SP) que recomenda ao Conselho do Mercado Comum (CMC) a criação de um código de normas para a produção agropecuária orgânica no Mercosul.

De acordo com o projeto – que precisa receber o aval do CMC para, em seguida, ser apreciado pelos Parlaamentos de cada um dos Estados partes –, os alimentos produzidos de acordo com o código de normas receberão o selo orgânico Mercosul.

O parlamentar afirma que uma certificação mundialmente reconhecida aumentaria o



Na sessão do Mercosul, parlamentares Dr. Rosinha (E), Romeu Tuma e José Paulo Tóffano

valor agregado da produção de alimentos orgânicos adequada ao modelo de agricultura familiar e à preservação do meio ambiente.

O Parlasul também aprovou proposta do parlamentar argentino Guillermo Jenefes,

que recomenda ao CMC a harmonização dos programas e legislações nacionais dos Estados partes referentes à promoção e desenvolvimento de energias renováveis.

A proposta prevê que os Estados revertam suas matrizes

energéticas e desenvolvam novos tipos de energia limpa, como a hidráulica, a eólica e a solar.

A iniciativa também procura estimular o uso de combustíveis renováveis ou biocombustíveis, como o biodiesel.

Em busca de acordo para exploração das Ilhas Malvinas

Os integrantes do Parlamento do Mercosul também aprovaram na segunda-feira uma proposta de disposição da Mesa diretora para criação de uma comissão especial que realizará gestões junto às autoridades da Argentina e da Inglaterra em busca de

um acordo entre os dois países para exploração dos recursos naturais das Ilhas Malvinas.

Conforme a proposta, apresentada pelo parlamentar brasileiro Nilson Mourão (PT-AC), uma comissão do Parlamento do Mercosul, integrada por dois representantes de

cada delegação que integra o bloco, fará contato com autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo dos dois países.

O assunto foi tema de debates na última sessão do Parlamento, quando se aprovou moção de repúdio à deci-

são unilateral do Reino Unido de explorar petróleo e gás na plataforma continental que circunda a região do arquipélago.

A Grã-Bretanha e a Argentina travam disputa histórica pelas Ilhas Malvinas, que resultou em guerra em 1982.

Tião Viana lê crítica a acordo sobre energia atômica

O senador Tião Viana (PT-AC) leu em Plenário ontem artigo do ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Samuel Pinheiro Guimarães. Nele, o ministro considera “um crime de lesa-pátria” a assinatura, pelo Brasil, do Protocolo Adicional aos Acordos de Salvaguarda com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

O ministro sugere que as previsões de crescimento moderado da demanda de urânio projetada pela AIEA podem não ser verdadeiras, uma vez que refletem “os extraordinários interesses das grandes empresas produtoras de petróleo, de gás e de carvão dos países que detêm as principais jazidas desses combustíveis fósseis”.



Tião Viana frisa que ministro Samuel Guimarães vê interesse de petroleiras



Waldemir Borretto

Senador aponta desemprego e prejuízo para o turismo no local

César Borges: Pelourinho está abandonado

“O preconceito contra o Pelourinho está matando o emprego, espantando turistas e minando a autoestima do baiano.” O comentário foi feito pelo senador César Borges (PR-BA) ao protestar contra a situação de abandono a que teria sido relegado o Centro Histórico de Salvador, o Pelourinho.

– Se os petistas radicais do governo baiano realmente se ressentem do legado de Antonio Carlos Magalhães, e abandonam o Pelourinho em resposta a esse legado, eles não estão prejudicando ACM. Estão prejudicando a Bahia – alertou o senador.

Papaléo Paes: Amapá merece compensação

Estados e municípios que tiveram parte considerável dos seus territórios destinados à preservação ambiental e a reservas indígenas devem ser compensados de alguma forma, disse ontem Papaléo Paes (PSDB-AP). O estado do Amapá, acrescentou, é um dos casos mais evidentes, pois abriga diversas reservas indígenas e unidades de conservação, inclusive o maior parque de floresta tropical do mundo, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Como compensação, o senador afirmou que o governo federal deveria ceder terras de propriedade da União para o estado.



Waldemir Borretto

Governo federal deveria ceder terras da União ao estado, diz Papaléo Paes

Ronaldo Laranjeira avalia que a estratégia de não financiar a internação de viciados em crack resulta em milhares de vítimas. Segundo ele, usuário não consegue parar sozinho

Psiquiatra critica política do governo para o crack

O MÉDICO RONALDO Ramos Laranjeira criticou a política contra drogas do governo federal, afirmando que o Ministério da Saúde optou por uma estratégia “que resulta em desassistência e custa milhares de vítimas”. Ele também disse que é possível a cura dos viciados, mas ressaltou que o tratamento é demorado e exige toda uma rede de assistência ao paciente. Laranjeira, que é professor de psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo, fez esses comentários em debate promovido ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

– O crack coloca em xeque a política governamental de álcool e drogas dos últimos 12 anos – declarou.

De acordo com levantamento apresentado na semana passa-

da, durante o lançamento da Frente Parlamentar de Combate ao Crack, o número de usuários no Brasil é de aproximadamente 1,2 milhão – e a idade média para início do consumo, 13 anos.

Segundo Laranjeira, o Ministério da Saúde seria contra a internação dos usuários de crack e optou por financiar somente o atendimento ambulatorial – que, nesse caso, é oferecido pelos Centros de Atenção Psicossocial (Caps). Ele argumenta que “o vício nessa droga é muito sério para ser resolvido apenas ambulatorialmente. O usuário muitas vezes precisa ser internado, principalmente na fase mais aguda do tratamento, e só uma clínica pode oferecer cuidados mais intensivos”.

– Mas o governo não finan-

cia a internação e sua política resulta em desassistência aos usuários – afirmou, acrescentando que “o dependente não consegue, sozinho, parar de consumir”.

Soluções

Laranjeira afirmou que o tratamento dos usuários exige não apenas a internação em clínicas, mas a aplicação combinada de diversas estratégias terapêuticas “de reconhecida evidência científica” – que incluem terapia cognitivo-comportamental, terapia medicamentosa e participação em grupos de prevenção de recaída e de psicoeducação, entre outras. Esse é o tratamento implementado em clínica que ele coordena e é financiada pelo governo de São Paulo.



J. Freitas

Ronaldo Laranjeira, Paulo Tonet Camargo, Rosalba Ciarlini, Augusto Botelho e Francisco Cordeiro em audiência na CAS

Droga afeta diretamente carentes e crianças

Devido a fatores como baixo custo e facilidade de acesso, o crack afeta mais diretamente populações vulneráveis, especialmente a de rua, incluindo crianças e adolescentes. Além disso, esses mesmos fatores permitiram a interiorização do consumo da droga, que agora também aparece em cidades de menor porte. Foi o que afirmou Francisco Cordeiro, representante do Ministério da Saúde, que participou da audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Ao destacar as ações promovidas pelo governo federal, Cordeiro citou, entre outras, a ampliação da rede de Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e a expansão das equipes do

programa Saúde da Família. Ele também lembrou que o Ministério da Saúde lançou, no ano passado, o Plano Emergencial para Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas (Pead).

Entre os resultados do Pead, Cordeiro mencionou a criação dos consultórios de rua, por meio dos quais equipes volantes procuram e atendem usuários de drogas que, de outra forma, não teriam acesso aos serviços de saúde.

Cordeiro informou ainda que o governo formou um grupo de trabalho, composto por gestores, especialistas e usuários para debater o assunto. Ele ressaltou que, a partir dessas discussões, será elaborado

um documento técnico sobre formas de tratamento dos usuários de crack no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

E, ao responder às críticas feitas ao governo durante a audiência, Cordeiro declarou que o combate ao crack “é um processo complexo, que não permite afirmar que uma única forma de atendimento vai acabar com todo o problema no país”.

Cordeiro disse ainda que, “no limite, o SUS é feito no município e, por isso, os secretários de Saúde precisam estar sensibilizados para o assunto”. Segundo ele, o Ministério da Saúde tem repassado recursos sistematicamente para estados e municípios.



Luiz Fux

Fux: “Cerne do novo CPC é o ideário de duração razoável dos processos”

Será apresentada em junho proposta de novo CPC

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux vai debater na próxima semana, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o andamento dos trabalhos da comissão de juristas encarregada de propor mudanças no Código de Processo Civil (CPC). A comissão, presidida por ele, seguirá formatando o texto final e deverá apresentar no dia 8 de junho, ao Senado, o anteprojeto de reforma do código.

– O cerne do novo CPC é o ideário de duração razoável dos processos – explicou Fux.

Um instrumento do novo código tem sido apontado como fundamental para atender a essa demanda: o “incidente de resolução de ações repetitivas”, o qual possibilitará que uma decisão única da Justiça seja adotada nas ações de massa relativas a um mesmo assunto.

Recursos

O anteprojeto também visa interromper a “avalanche de recursos” que abarrotou os tribunais e emperra o curso da ação civil. Segundo Luiz Fux, o uso do agravo de instrumento ficará restrito às decisões liminares, abrindo-se nesse caso, entretanto, à possibilidade de o advogado fazer a sustentação oral do recurso. A comissão especial de juristas decidiu também limitar o uso dos embargos de declaração, mas defendeu a extinção dos embargos infringentes.

Fux destacou que alterações no funcionamento dos juizados especiais (de pequenas causas) já estão em análise em comissão específica. Ele disse ainda que o fato de haver advogados e comarcas que não dispõem de computadores limita a adequação do CPC à era digital.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • Acir Gurgacz • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sílvia Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvia Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Subcomissão acompanhará obras da usina de Belo Monte

A Subcomissão Temporária para Acompanhamento das Obras da Hidrelétrica de Belo Monte, ligada à Comissão do Meio Ambiente (CMA), foi instalada ontem. O colegiado deverá acompanhar todas as etapas da construção da usina, incluindo o processo de licitação, de execução das obras, de inauguração e de operação da hidrelétrica, que será construída no rio Xingu, no Pará.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Renato Casagrande (PSB-ES) ocuparão os cargos de presidente e vice-presidente, respectivamente. Também foram indicados como membros efetivos Delcídio Amaral (PT-MS), que será o relator, Romero Jucá (PMDB-RR) e Jayme Campos (DEM-MT). Como suplentes

foram escolhidos César Borges (PR-BA), Valdir Raupp (PMDB-RO), Jefferson Praia (PDT-AM), Mário Couto (PSDB-PA) e Kátia Abreu (DEM-TO).

Flexa Ribeiro defendeu o acompanhamento das obras da usina como forma de evitar a repetição de erros verificados nas hidrelétricas de Balbina e até de Tucuruí, onde os problemas causados à população da região persistem até hoje.

O senador informou que a subcomissão realizará audiências públicas para ouvir autoridades da Eletronorte, da Eletrobrás, do consórcio vencedor do leilão para construção de usina e, possivelmente, integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério Público.



Flexa Ribeiro (E) é o presidente da subcomissão e Renato Casagrande, o vice

Implantação de equipamentos urbanos será tema de debate

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) decidiu debater publicamente o projeto de lei de Senado (PLS 183/09) que disciplina a implantação de equipamentos públicos urbanos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, drenagem de águas pluviais, iluminação pública, rede de telecomunicações e gás canalizado.

A proposta, elaborada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a partir do relatório final aprovado pela Subcomissão Temporária da Regulamentação

dos Marcos Regulatórios, estava incluída na pauta de ontem da CMA. A votação do texto substitutivo do relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), será feita depois da audiência pública.

A comissão também aprovou requerimento de seu presidente, senador Renato Casagrande (PSB-ES), para estender, até final de setembro de 2010, o prazo de funcionamento do grupo de trabalho criado com o objetivo de elaborar relatório *Vinte Anos do Código de Defesa do Consumidor – análise histórica e perspectivas*.

Ideli celebra premiação de Lula, pela ONU, por combate à fome

A líder do governo no Congresso, Ideli Salvatti (PT-SC), celebrou o reconhecimento obtido por ações do governo Lula. A senadora se referiu ao prêmio de "campeão mundial no combate à fome" conferido ao presidente pelo Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas.

Ela ressaltou a vinculação, feita pela diretora-executiva do programa da ONU, Josette Sheeran, entre a implantação do Fome Zero, há sete anos, e a redução em 72% do número de menores de dois anos desnutridos, e em 47% das mortes infantis. Ideli disse que, hoje, 93% das crianças e 83% dos adultos têm acesso a três refeições por dia.

A senadora afirmou que o Fome Zero engloba uma série de



Ideli diz que programa mundial vincula Fome Zero à queda das mortes infantis

iniciativas de combate à pobreza, entre as quais os programas de restaurantes populares, de merenda escolar, de cozinhas comunitárias e o Bolsa Família.

Em aparte, Tião Viana (PT-AC) manifestou satisfação pelo "reconhecimento internacional obtido pelo governo Lula".

Projeto de lei prevê benefício para quem fizer doações em favor da manutenção e da educação de crianças e jovens carentes abrigados em instituições sociais



Marisa Serrano (ao lado de Efraim e Camata) durante a reunião da Comissão de Educação em que a proposta foi aprovada

Apadrinhar menores carentes poderá gerar dedução no IR

DOAÇÕES FEITAS EM favor da manutenção e da educação de crianças e jovens carentes abrigados em instituições sociais de utilidade pública poderão ser deduzidas na declaração do Imposto de Renda (IR). É o que prevê projeto (PLS 378/09) do senador Jefferson Praia (PDT-AM) aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A intenção é estimular a modalidade de ação social por meio do apadrinhamento, também conhecida como adoção a distância.

Como observa Jefferson Praia, a adoção e a guarda judicial são uma responsabilidade que poucos indivíduos têm condições de cumprir, mas muitas pessoas possuem sensibilidade social e recursos para oferecer apoio mais regular a crianças e adolescentes acolhidos em instituições sociais. Nesse caso, ele considera justo que possam deduzir uma parcela das despesas feitas, benefício que a legislação já oferece aos demais contribuintes em relação aos gastos com a educação própria

e a de seus dependentes.

– Na prática, trata-se de formalizar um novo patamar de vínculo entre o cidadão e o menor que ele se dispõe a ajudar, tendo uma instituição como intermediária – salientou.

Ainda com exame previsto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa, o projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Paulo Paim (PT-RS). Ele considerou importante constar do projeto uma clara vinculação dos recursos doados a entidades que atendem crianças pobres, sugestão que será encaminhada para a CAE.

Fundos do ECA

Mesmo considerando a iniciativa positiva e oferecendo seu apoio, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) observou que, atualmente, já se permite abater do IR doações feitas aos fundos criados com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nas esferas municipal, estadual e também no plano federal. Os recursos

são repassados a entidades que atendem crianças e jovens.

A senadora também levantou dúvida sobre como as doações seriam fiscalizadas. Jefferson Praia considerou que fraudes podem ocorrer em qualquer área, e não apenas em relação aos incentivos que propõe incluir na legislação do IR. No entanto, destacou como ponto relevante o fato de o projeto sugerir reforço em área onde "o Estado deixa a desejar".

O projeto também ganhou apoio do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), embora com a ressalva de que não deveria existir descontos do IR para gastos com educação. Segundo ele, com boas escolas públicas, o ensino privado seria apenas uma opção a mais. A presidente da comissão, senadora Fátima Cleide (PT-RO), também destacou o papel dos fundos previstos no ECA. Ela defendeu que os recursos também se destinem às instituições cuidadoras, e não atrelados a uma ou outra criança, para não haver discriminação entre elas.

Concursos para professor devem prever reservas

Concursos públicos para admissão de professores devem prever, no mínimo, 5% a mais de aprovados além do número de vagas. O objetivo é criar um banco de reserva, como definido em projeto (PLS 532/09) aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). Esses profissionais deverão ser recrutados pelas secretarias de Educação para substituir os titulares durante os afastamentos legais, como licença-saúde e capacitação.

Autor do projeto, Cristovam Buarque (PDT-DF) afirma que uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos sistemas públicos de ensino é a substituição imediata dos professores concursados sob licença. Segundo ele, a situação é pior quando se trata de períodos curtos, pois os dirigentes não conseguem professores para substituir o titular. A decisão final será da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Prioridade a arranjos produtivos locais em cidades de baixo IDH

Arranjos produtivos locais (APL) localizados em municípios com baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) municipal devem ter prioridade na destinação de recursos do PIS/Pasep administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Projeto de lei nesse sentido, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Como explicou o relator, senador Efraim Morais (DEM-PB), os APLs são aglomerados de agentes econômicos de uma mesma cadeia produtiva, localizados em determinado território. Outra característica dos APLs é a geração local de renda e emprego.

Renan Calheiros disse que seu projeto tem dupla finalidade: preservar os critérios

para remuneração dos recursos e destiná-los a projetos com impacto expressivo na melhoria das condições humanas e sociais das áreas beneficiárias.

A proposta (PLS 142/08) será examinada agora pelas comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Assuntos Sociais (CAS), onde terá decisão terminativa.

Experiências

Renan explica que vários países estabelecem políticas de desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas com base na dinamização dos arranjos produtivos locais.

No Brasil, segundo ele, a experiência de APLs pode ser comprovada no Pará (ramo de frutas), em Mato Grosso do Sul (cerâmica) e em Alagoas (piscicultura, movelaria e turismo), entre outros.

O projeto estabelece que o benefício deverá ser concedido inicialmente aos dependentes de trabalhadores com menor remuneração, à base de uma bolsa para cada cem empregados. A decisão final caberá à Comissão de Educação



Fotos de Márcio Kollme

O possível impacto da proposta de Paulo Paim (D) sobre o chamado custo Brasil gerou debate prolongado na Comissão de Assuntos Econômicos

Empresas poderão ter de conceder bolsa a dependente de trabalhador

EMPRESAS COM MAIS de cem empregados podem ser obrigadas a fornecer bolsas de estudo para formação técnico-profissional, correspondentes a um salário mínimo, a dependentes legais de seus trabalhadores. A proposta foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), depois de um prolongado debate sobre o impacto da medida no chamado custo Brasil.

A concessão, a se iniciar pelos que ganham menos na empresa, deverá ser feita uma vez ao ano e na proporção de uma bolsa para cada grupo de cem empregados, conforme o PLS 514/07, apresentado por Paulo Paim (PT-RS).

A CAE aprovou emenda do

relator, Osmar Dias (PDT-PR), prevendo a possibilidade de a empresa deduzir do montante das contribuições para o PIS/Pasep até 50% dos valores efetivamente gastos na concessão das bolsas de estudo.

Impacto

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) considerou o projeto justo, mas alertou para o impacto da medida em empresas de menor porte econômico e no aumento do chamado custo Brasil.

Atendendo a sugestão de Cavalcanti, o relator e o autor do projeto concordaram com uma mudança – a fixação do valor da bolsa em um salário mínimo, e não mais conforme o piso salarial da categoria do trabalhador

beneficiado, como era previsto originalmente no projeto.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) aplaudiu o entendimento entre os senadores e disse que

as mudanças aperfeiçoam a proposta, que agora será examinada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), cuja decisão será definitiva.



Garibaldi Alves Filho (E), ao lado de Delcídio Amaral, preside reunião da CAE

Projeto que facilita comprovação de atividade insalubre passa na CAE

A comprovação de trabalho em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física, para efeito de aposentadoria especial, pode ficar mais fácil com projeto aprovado ontem pela CAE. A lei em vigor exige que o empregador ateste essa condição adversa por meio de um formulário denominado "laudo técnico de condições ambientais de trabalho", expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho.

Como muitos trabalhadores encontram dificuldade em obter esse laudo de empresas em processo de liquidação ou falência, o projeto aprovado pela CAE atribui ao síndico da massa falida poder de emitir o documento. Alternativamente, a entidade sindical correspondente poderá comprovar a efetiva exposição do trabalhador a agentes nocivos à saúde.

Do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e relatado por Neuto de Conto (PMDB-SC), o PLS 203/09 deverá seguir para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão definitiva.

Aprovada linha de crédito de US\$ 120 milhões para empresas brasileiras

As empresas brasileiras devem se beneficiar de um programa de financiamento de longo prazo no valor de US\$ 120 milhões. A CAE aprovou ontem autorização para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contratar junto ao Nordic Investment Bank (NIB) operação de crédito externo, com garantia do governo brasileiro, no valor de US\$ 60 milhões. O programa terá contrapartida de igual valor do BNDES. A mensagem (MSF 114/10) será examinada em regime de urgência pelo Plenário.

O relator, senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), observou que o BNDES é praticamente a única fonte de empréstimos de longo prazo para investimentos no país. Para o relator, a operação contribuirá para a instalação, modernização, expansão e diversificação do setor produtivo brasileiro.

Os juros exigidos na operação entre o BNDES e o NIB são compostos pela Libor (a taxa interbancária do mercado de Londres) mais 1,5% ao ano. O prazo para liquidação da operação é de dez anos.

Proposta combate sonegação fiscal em postos de combustíveis

Os postos revendedores de combustíveis poderão ser obrigados a usar equipamento emissor de cupom fiscal (ECF) integrado ao medidor de fornecimento de combustível da bomba abastecedora, conforme proposta aprovada ontem pela CAE.

A intenção do então senador Expedito Júnior (PR-RO) ao propor a medida (PLS 670/07) foi agilizar o procedimento de emissão de cupom fiscal no fornecimento de combustíveis. Além disso, a medida contribuiria para diminuir a evasão fiscal.

Francisco Dornelles (PP-RJ), Adelmir Santana (DEM-DF) e Delcídio Amaral (PT-MS) destacaram a importância da proposta para o combate a fraudes que venham a ser detectadas na revenda de combustíveis. Eles alertaram, no entanto, para possíveis dificuldades práticas no cumprimento da exigência em pequenas localidades do interior do país. Como a decisão final será da Comissão de Meio Ambiente (CMA), eles sugeriram análise mais rigorosa do impacto da medida em estabelecimentos situados nas pequenas cidades.

Empresas de propaganda no Simples Nacional

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que permite a adesão de empresas de prestação de serviços de propaganda e publicidade ao Simples Nacional – regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte. O projeto, que altera a Lei Complementar 123/06, ainda será examinado pelo Plenário do Senado.

Na justificativa da proposta (PLS 17/06), Flexa Ribeiro afirma que a restrição à adesão dessa modalidade de empresa ao Simples Nacional não encontra amparo nos artigos da Constituição que preveem tratamento favorecido e diferenciado à micro e pequena empresa. A vedação imposta pela Receita Federal, segundo o senador, tem motivos meramente arrecadatórios.

Em relatório sobre a proposta, Tasso Jereissati (PSDB-CE) considera que vedações impostas a determinados segmentos, como os de propaganda e publicidade, são discriminatórias e não autorizadas pela Constituição.

Lei geral das microempresas em debate

Um seminário das comissões de Assuntos Econômicos do Senado e de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados vai discutir, em 26 de maio, os aprimoramentos necessários na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e os projetos sobre o assunto em debate no Congresso Nacional. A realização do evento foi aprovada ontem pela CAE, por sugestão do senador Adelmir Santana (DEM-DF), que deverá representar a comissão no seminário.

Devem participar do evento representantes da Frente Parlamentar Mista das Micro e Pequenas Empresas e do governo federal, além de convidados de outras instituições.

Audiência

A CAE aprovou também requerimento do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) para que seja realizada audiência pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado 406/08, que revigora a cobrança do Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso (AITP).

Serão convidados para o debate na comissão o ministro Pedro Brito, da Secretaria Especial de Portos (SEP); o presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Armando Monteiro Neto; e representantes dos trabalhadores portuários e dos conselhos de autoridade portuária.